



ATA DE REUNIÃO - 17/12/2019

Ao décimo sétimo dia do mês de dezembro de 2019, às dez horas e trinta minutos, **REUNIRAM-SE** na sala de reuniões da Presidência, localizada no edifício sede do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, o Juiz Auxiliar da Presidência, Paulo César do Vale Madeira; Samuel da Silva Carvalho, Gestor do Núcleo Socioambiental do TJAP; Rosywan Cantuária da Silva Ferreira, Assessor de Planejamento e Organização; Adelson Armando Marques Anderson, Secretária de Gestão Processual eletrônico; Suzivaldo de Almeida Monteiro, Diretor do Departamento Administrativo; Diego França da Silva, Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas; Tássia Brandão Leite, Diretora do Departamento de Compras e Contrato; além dos servidores: Luciana Uchôa Brito; Geralda Francisca da Silva; Marco Antônio Craveiro; Pedro Lobato da Silva; Wellison Luis Santos da Silva; Andrea Noronha Duarte e Paulo Bezerra, para ser apresentado o que foi feito até o presente momento e com base nisso, analisar os indicadores socioambientais/2019, sobretudo em relação aos materiais descartáveis; de expediente e de consumo do TJAP, mas abraçando especialmente as novas ideias. O Juiz Paulo César do Vale Madeira, Presidente da Comissão Socioambiental do Tribunal, reforçou ser a Agenda 2020/2030 da ONU, uma preocupação mundial, onde todos os países civilizados abraçaram o comprometimento com essa questão, vez que uma das maiores demandas socioambientais estão relacionadas com o poder público, e que durante muitos anos nunca cumpriu metas para reparar o prejuízo relacionado com o meio ambiente. O Magistrado destacou já existir contra-ponto da sociedade na cobrança de grandes empresas que causam danos ao meio ambiente. Com isso, a mudança de comportamento do poder público já começa a ser visíveis, a partir da observância desses critérios. Paulo Madeira destacou que essa demanda é também do dia a dia do Poder Judiciário e, portanto, precisa ser abraçada em sintonia com os novos tempos. Em seguida, o Assessor de Planejamento, Rosywan Cantuária, ressaltou a Resolução nº 201/CNJ, onde o Conselho Nacional de Justiça estabelece o cumprimento de tal medida, ligadas ao consumo; descarte e a educação ambiental. Feitas essas considerações, passou-se para as apresentações dos quadros. **1 - Consumo de Papel.** Nesse quadro observou que nos meses de março e agosto houve considerado aumento; bem como os valores pagos foram mais acentuados nos meses de março; maio e agosto. Rosywan Cantuária ressaltou que na primeira reunião de 2020 serão apresentados os quadros com as análises comparativas dos anos anteriores. Com a virtualização do 1º Grau, na ordem de 99,04%, o consumo deveria ter diminuído consideravelmente. Sobre consumo de papel, o Juiz Paulo Madeira sugeriu uma subdivisão do consumo de papel, a partir do que consome o Primeiro e Segundo Graus, distintamente, a fim de detectar quais Unidades, os motivos que estão levando ao consumo elevado, e possível contato com os Gestores das Unidades para esclarecimentos do fenômeno. **2 - Copos Descartáveis.** O quadro mostra alto consumo nesse quesito. A meta 2019 era chegar a 921 centos de consumo. Até outubro o consumo já chegava a 7.372 centos consumidos. O Gestor do Núcleo Socioambiental esclareceu que, apesar da meta parecer estar baixo, e o consumo estar elevado, mas a cultura é que seja feito um trabalho de conscientização para baixar o consumo de copos descartáveis. Para redução, sobretudo dos gastos, o Juiz Paulo Madeira sugeriu a aquisição de copos biodegradáveis. **3 - Água Engarrafada.** Consumo de água em garrafa de 1.5l apresenta-se em constante elevação. A saída colocada foi resgatar a instalação de bebedouros nas Unidades. A despesa com água em garrafão de 20l promove uma economia incomparável. Em relação ao consumo de água, Rosywan Cantuária sugeriu uma política de limpeza e inspeção periódica nas cisternas do Judiciário, criando um protocolo de rotinas de limpeza desses ambientes. Outra questão levantada é quanto ao descarte das garrafas de 1.5l. O Juiz Auxiliar da

Rosywan



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

Presidência indicou o contato com alguma instituição e formar uma rede estadual para aproveitamento ou descarte desse material, dentre elas, o SEBRAE, TRE, Prefeituras e outros. **4 - Impressão de Documentos.** Enquanto nos demais meses o número de impressões manteve-se numa média de 300 mil impressões, no mês o pico atingiu 614.500 impressões. Uma das alternativas colocadas pelo Diretor de Deintel, Marco Craveiro, é a utilização da assinatura digital que já se encontra em uso, tanto na Presidência como o Diretor Geral, sobretudo na assinatura em processos administrativos, justamente para evitar a impressão de documentos. Os teste já estão sendo feitos para, em breve, ser implementado. Outras alternativas apontadas, uma pelo Diretor da SGPE, Adelson Anderson, é a assinatura pela Certificação Digital. E o controle de impressões por cada servidor, em vista a evitar impressões particulares e outros desvios. Em relação a utilização de toner, a Diretora da Seção de Almoxarifado, Andrea Noronha, informou de casos em que uma Unidade solicita dois toneres, quando é necessário apenas um toner para cada 5000 impressões e, quando vai utilizar o outro, já perdeu a validade, acarretando prejuízo financeiro Institucional, Ainda no tocante às impressões, o Assessor de Planejamento, Rosywan Cantuária, alertou para a abertura de um processo administrativo para o estabelecimento de uma política de maior controle de consumo de papel e detectar as anomalias. **5 - Telefonia.** Marco Craveiro fez menção do controle implementado, a partir da utilização por cada servidor, através de senhas, e outras medidas tomadas, a redução foi drástica, caiu de 50 mil para uma média de 10 mil, para telefonia fixa e 7 mil, telefonia móvel. **6 - Energia Elétrica.** Nos meses de período de verão, o consumo é maior; no inverno, diminui, mas o valor pago é sempre crescente em função da bandeira e tarifa. Uma das sugestões para a redução do consumo é a instalação de sensores nos ambientes de trabalho. Quando aos itens: **Água e Esgoto; Veículos e Combustíveis,** o Juiz Paulo Madeira orientou que apesar de não existe uma política de metas, é importante acompanhar as variáveis dos períodos de maior e menor consumo. Por fim, o Presidente da Comissão, Dr. Paulo Madeira, orientou a importância de reuniões periódicas de um grupo de pelo menos três integrantes da Comissão para discutirem a temática Socioambiental do TJAP, a partir dos pontos elencados na apresentação, objetivando, sobretudo, fazer um filtro da temática para discussões nas reuniões agendadas da Comissão. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, e que, depois de lida e achada conforme, foi assinada.

PAULO CESAR DO VALE MADEIRA
Juiz Auxiliar da Presidência/TJAP

SAMUEL DA SILVA CARVALHO
Gestor Núcleo Socioambiental do TJAP

ROSYWAN CANTUÁRIA DA SILVA FERREIRA
Assessor de Planejamento e Organização/TJAP

ADELSON ARMANDO MARQUES ANDERSON
Secretaria de Gestão Processual eletrônico



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

A large, stylized blue ink signature of Suzivaldo de Almeida Monteiro, consisting of several loops and a long vertical stroke that extends downwards.

SUZIVALDO DE ALMEIDA MONTEIRO
Diretor do Departamento Administrativo

DIEGO FRANÇA DA SILVA
Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas

A blue ink signature of Tássia Brandão Freire, written in a cursive style.

TÁSSIA BRANDÃO FREIRE
Diretora do Departamento de Compras e Contratos